

Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 14/72 de 19.09.72 e Termos Aditivos que entre si fazem a Companhia de Saneamento do Paraná-SANEPAR e o Município de IPORÃ, conforme adiante se declara:

Nesta data comparecem, de um lado o Município de IPORÃ, representado por seu Prefeito Municipal, **SALVADOR CAETANO DA SILVA**, e do outro a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, sociedade de economia mista estadual, inscrita no CGC/MF sob nº 76.484.013/0001-45, com sede à Rua Engenheiros Rebouças, 1376, nesta Capital, neste ato representada por seus representantes legais ac final assinados, para firmar **TERMO ADITIVO** ao Contrato de Concessão nº 14/72 de 19.09.72 e Termos Aditivos, nos termos da proposta apresentada pela Diretoria Técnica, conforme processo aprovado na Redir de 25.06.96 Ata nº 24/96, nas condições expressas nas cláusulas seguintes:

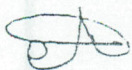
CLÁUSULA PRIMEIRA - Este aditamento objetiva estabelecer as condições para a implantação do sistema de esgotos sanitários de **IPORÃ**, através do Programa de Ação Social em Saneamento-PROSEGE, do Ministério de Planejamento e Orçamento, cancelar o Termo Aditivo TA-185/95 de 21.11.95 e definir a conseqüente prorrogação de prazo do contrato por igual período a partir de seu término, para fazer frente aos investimentos ora aditados.

CLÁUSULA SEGUNDA - O objeto do presente termo consta de 20.352,00 metros de rede coletora de esgotos, 2.439,00 metros de emissários, 866 ligações prediais, já realizadas, e 01 estação de tratamento de esgotos a realizar.

CLÁUSULA TERCEIRA - O Município gestionará por sua inteira responsabilidade junto a Secretaria de Política Urbana, do Ministério de Planejamento e Orçamento, visando obtenção de recursos para execução das obras mencionadas na cláusula segunda.

CLÁUSULA QUARTA - Os investimentos a serem realizados estão estimados em R\$ 944.099,07 (novecentos e quarenta e quatro mil, noventa e nove reais e sete centavos), referência orçamentária abril/94.

CLÁUSULA QUINTA: OBRIGAÇÕES DA SANEPAR - Cabe a SANEPAR para a consecução do objeto proposto: a) analisar os projetos técnicos, e prestar toda a orientação técnica necessária para o bom andamento das



obras, b) participar do empreendimento a título de contrapartida até o limite de R\$ 411.304,09 (quatrocentos e onze mil, trezentos e quatro reais e nove centavos), sendo R\$ 78.575,56 (setenta e oito mil, quinhentos e setenta e cinco reais e cinquenta e seis centavos), correspondente a materiais já fornecidos, R\$ 81.956,01 (oitenta e um mil, novecentos e cinquenta e seis reais e um centavo), correspondente a participação financeira já realizada e R\$ 250.772,52 (duzentos e cinquenta mil, setecentos e setenta e dois reais e cinquenta e dois centavos) à realizar; c) participar financeiramente do empreendimento a título de reajuste, conforme índices divulgados pelo PROSEGE/MPO; d) os pagamentos das parcelas financeiras mensais ocorrerão no décimo dia após o protocolo das notas de débito na Gerência de Obras da SANEPAR, devidamente atestadas pela fiscalização da SANEPAR e ainda condicionados ao prévio aporte dos recursos pelo Tesouro do Estado; e) fiscalizar a execução das obras, com livre acesso às mesmas e poderes para exigir o cumprimento do projeto e especificações exigidas; f) realizar mensalmente os serviços de medição das obras executadas, ao custo de 3,83% do valor da fatura, emitindo a correspondente nota de débito contra o Município.

CLÁUSULA SEXTA: OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO - Cabe ao Município para a consecução do objeto proposto: a) executar as obras mencionadas na cláusula segunda, de conformidade com as orientações técnicas fornecidas pela SANEPAR; b) fornecer e submeter à aprovação da SANEPAR, os projetos técnicos correspondentes; c) cumprir com as especificações de serviços da SANEPAR; d) assumir total responsabilidade pela execução total da obra, na parte referente a contratos com empreiteiras, seguros, tributos e outros ônus inerentes à sua execução ou decorrentes de qualquer dissídio trabalhista que envolva empregados da executante, se houver; e) aplicar somente materiais hidráulicos de conformidade com as normas NBR 5645 (tubos cerâmicos) e NBR 8890 (materiais de concreto) e previamente inspecionados pelo TECPAR; f) após a conclusão das obras, doar os sistemas construídos para a SANEPAR, através de termo de doação sem quaisquer ônus, para a exploração dos serviços pela SANEPAR; g) efetuar o reembolso do valor atualizado despendido com as obras e mencionado na cláusula quinta em caso de reversão, encampação dos serviços ou rescisão do contrato de concessão; h) responder pela solidez da obra nos termos do artigo 1245 do Código Civil Brasileiro; i) garantir a implantação de todas as ligações factíveis conforme estabelecido no Código Sanitário; j) obrigar os munícipes a executar as ligações de esgoto, em percentual mínimo de 65%, exercendo o Poder de Polícia Sanitária inerente ao Município.

Parágrafo único: em caso de inadimplemento da obrigação prevista no item "j" da presente cláusula, o Município obriga-se a indenizar a SANEPAR proporcionalmente ao número de ligações não realizadas e ao valor do investimento atualizado.

CLÁUSULA SÉTIMA - Fica incluída dentre as obrigações da **CONCESSIONÁRIA**, a de faturar contra os usuários os valores relativos aos serviços de ligações prediais de esgotos a serem executados, sendo-lhe vedado repassar tais ônus à conta da **CONCEDENTE**.

CLÁUSULA OITAVA - O inadimplemento de qualquer uma das cláusulas deste Termo desonerará a outra de suas obrigações.

CLÁUSULA NONA - Este termo poderá ser rescindido, em caso de superveniência de disposição legal que o torne material ou formalmente impraticável, e também poderá ser denunciado a qualquer tempo, por inadimplemento de qualquer de suas cláusulas.

CLÁUSULA DÉCIMA - O prazo para a execução do empreendimento será de 04 (quatro) meses.

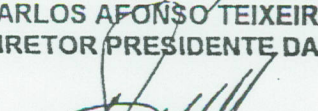
CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - as demais cláusulas e condições do contrato primitivo e Termos Aditivos, que não colidirem com o avençado no presente, permanecem válidas e inalteradas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Para dirimir as questões decorrentes deste Termo Aditivo, as partes elegem o Foro de Curitiba, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja. E por assim se acharem justos e contratados, determinaram a lavratura do presente **TERMO ADITIVO**, que passará a integrar o contrato primitivo e vai assinado pelas partes contratantes na presença das testemunhas abaixo.

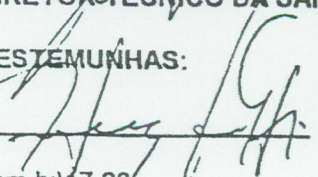
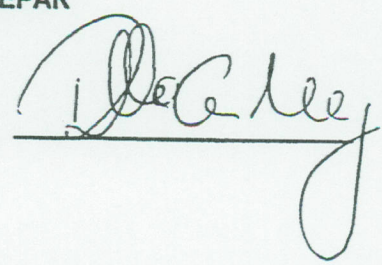
Curitiba, 26 de junho de 1996.


CARLOS AFONSO TEIXEIRA DE FREITAS
DIRETOR PRESIDENTE DA SANEPAR


SALVADOR CAETANO DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL DE IPORÃ


ROGERIO PINTA MUNIZ
DIRETOR TÉCNICO DA SANEPAR

TESTEMUNHAS:



aam b:17.20